

Métodos: Trata-se de estudo de coorte retrospectivo pareado por escore de propensão que utilizou dados públicos do Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe. Foram incluídos os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo SARS-CoV-2, confirmada laboratorialmente, de indivíduos adultos. Os casos foram pareados 1:3 por idade, sexo, comorbidades e índice de desenvolvimento humano do município de residência. As diferenças no tempo até o resultado clínico foram avaliadas com uma curva de Kaplan-Meier e teste de Log Rank.

Resultados: Após o pareamento, foram analisados os registros de 12.332 indivíduos, dos quais 3.083 eram PVHIV. Observou-se que PVHIV com COVID-19 apresentaram maior risco de mortalidade (odds ratio [OR]: 1,89; Intervalo de Confiança [IC] de 95%: 1,74 - 2,05; valor p:<0,001) e menor tempo até desfecho (logRank: p < 0.001). Além disso, estes também apresentaram maiores chances de necessitar de ventilação mecânica (OR: 1,30; IC95%:1,18-1,43; p-valor:<0,001) e internação na UTI (OR:1,36; IC95%: 1,25-1,48; p-valor:<0,001) em comparação com indivíduos sem HIV. Sintomas como dessaturação, vômito e dispneia foram associados à mortalidade em ambos os grupos, enquanto o vômito foi associado à mortalidade exclusivamente em pacientes com co-infecção por COVID-HIV e a dispneia foi associada à mortalidade no grupo apenas com COVID.

Conclusão: A coinfeção COVID-HIV foi associada a taxas mais altas de morte, necessidade de ventilação mecânica e internação em UTI, destacando a maior vulnerabilidade das PVHIV a desfechos graves da COVID-19.

Palavras-chave: Coinfeção Resultados Clínicos Covid-HIV

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.102996>

DIFERENÇAS REGIONAIS DA TENDÊNCIA TEMPORAL DA AIDS NO BRASIL

Guilherme Pedralina dos Santos*,
Walmer Carvalho Filho, Beatriz Santana Ribeiro,
Vanessa Alves Nascimento,
Luciano Araújo de Souza Filho,
Flávia Moreira Dias Passos,
Maria Clara Menezes Nocrato Prado,
Igor José Balbino Santos, Francisco Duda da Silva Neto,
Marcos Fernandes de Albuquerque Filho,
Marco Aurélio de Oliveira Góes

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

Introdução/Objetivo: As políticas públicas de controle focam em além das ações de prevenção, o diagnóstico precoce e tratamento oportuno das pessoas vivendo com HIV (PVHIV). A aids constitui a fase avançada da infecção pelo HIV e a avaliação da tendência temporal dos casos podem indicar progressos ou fragilidades nessas políticas. O estudo tem como objetivo avaliar as tendências temporais de detecção de casos de aids no Brasil.

Metodologia: Trata-se de um estudo de série temporal dos casos de aids no Brasil de 2001 a 2021. Os dados foram obtidos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde a partir dos bancos de dados do Sistema de Informação de

Agravos de Notificação. As tendências temporais foram analisadas por meio de modelos de regressão Joinpoint (regressão linear segmentada), sendo calculada a variação percentual anual média (AAPC - average annual percent change) para o período completo.

Resultados: De 2001 a 2021 o Brasil registrou um total de 826876 casos de Aids. A região Sudeste apresentou o maior número de registros da doença, com 369720 casos, enquanto a região Centro-oeste teve o menor número, com 55781 casos. Analisando individualmente os estados, conclui-se que São Paulo apresentou o maior número de casos, com 190393. Por outro lado, o Acre registrou o menor número de casos: 1312. A análise da tendência temporal dos casos de Aids no Brasil se mostrou decrescente (AAPC = -1,3) no período estudado. A região Sudeste (AAPC = -3,5) e Sul (AAPC = -2,2) apresentaram uma tendência decrescente, o Centro-oeste apresentou uma tendência estacionária (AAPC = -0,2), e as regiões Norte (AAPC = 4,3) e Nordeste (AAPC = 2,4) uma tendência crescente. Todos os estados da região Sul e Sudeste mantêm uma tendência decrescente, enquanto que, na região Norte e Nordeste, todos os estados exibem uma tendência crescente, exceto Rondônia e Pernambuco, que exibem uma tendência estacionária. Por fim, na região Centro-oeste, todos os estados exibem uma tendência estacionária.

Conclusão: Diante dos dados apresentados, percebe-se um padrão heterogêneo no comportamento da aids no Brasil, exigindo que políticas de acesso a medidas preventivas, diagnóstico precoce e tratamento oportuno levem em conta os aspectos locais para garantir maior equidade no controle dessa antiga epidemia.

Palavras-chave: AIDS Estudo ecológico Análise temporal

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.102997>

DIFERENÇAS REGIONAIS DA TENDÊNCIA TEMPORAL DA MORTALIDADE POR HIV/AIDS NO BRASIL ENTRE 2001 E 2021

Walmer Carvalho Filho*, Beatriz Santana Ribeiro,
Guilherme Pedralina dos Santos,
Vanessa Alves Nascimento,
Flávia Moreira Dias Passos,
Luciano Araújo de Souza Filho,
Leticia de Souza Santos, João Victor Andrade Pimentel,
João Victor Farias da Silva,
Marco Aurélio de Oliveira Góes

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

Introdução: A infecção pelo HIV é um grande problema de saúde pública. Apesar do tratamento antirretroviral universal no Brasil (desde 2013), diversos fatores podem influenciar no comportamento epidemiológico nas diferentes localidades. Dessa maneira, o estudo objetiva analisar a tendência temporal da mortalidade por HIV/aids nas diferentes regiões do país entre 2001 e 2021.

Métodos: Trata-se de um estudo ecológico tipo série temporal dos óbitos por HIV/aids no Brasil. Os dados foram obtidos através do portal do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, considerando os óbitos do período